

Pela culatra

Luiz Orlando Carneiro

As emendas populares foram acolhidas no regimento interno da Constituinte por pressão, sobretudo, dos parlamentares comprometidos com as entidades mais atuantes de esquerda (CUT, CGT, Contag, Comissão Pastoral da Terra, grupos feministas radicais) que sabiam poder contar com as bênçãos da Igreja representada na cúpula da CNBB, simpatizante declarada dos princípios de ordem econômico-social pregados pelos chamados progressistas.



A CNBB, como se esperava, trabalhou ativamente na coleta de assinaturas para as tais emendas populares, demonstrando ter uma organização de fazer inveja a qualquer partido político ou central sindical. Não fossem a CNBB e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a CUT não teria provavelmente conseguido recolher 500 mil assinaturas para apresentar sua emenda popular sobre reforma agrária, na mesma linha de outra patrocinada pela CNBB, com 283 mil 381 autógrafos, por sua vez quase idêntica a uma terceira proposta da Contag/CPT subscrita por 614 mil 023 eleitores.

A essas três emendas — que consagram a primazia do trabalho sobre o capital, e a arrecadação do imóvel rural sem função social pela perda sumária e pela desapropriação para fins de reforma agrária — somou-se ainda uma quarta, apadrinhada pela CUT/CPT (200 mil assinaturas), sobre a ordem econômica e social, na linha do *progressismo* que une, nesse campo, Dom Luciano Mendes de Almeida (CNBB), Jair Meneghelli (CUT), José Francisco da Silva (Contag) e Ermano Alegri (CPT). Assim é que a reforma agrária bem radical, com desapropriação sumária, imissão na posse imediata, e pagamento de eventuais indenizações em Títulos da Dívida Agrária, obteve o apoio firmado de 1 milhão 397 mil 404 eleitores.

Mas as entidades *progressistas* aparentemente não contavam com o “conservadorismo retrógrado” da Igreja — seja ela a da libertação ou a romana — em matéria de direito à vida, família e educação. A mesma capacidade de organização que a CNBB demonstrou na coleta de autógrafos para as causas *progressistas*, em se tratando da ordem econômico-social, foi exibida no recolhimento de assinaturas para emendas populares contra o aborto, a favor do amparo do ensino privado pelo poder público e em defesa do ensino religioso.

As emendas populares promovidas pela CNBB e pelo arcebispo do Rio de Janeiro, garantindo a vida desde a concepção, “não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura”, foram subscritas por 550 mil 060 eleitores, contra os 32 mil 995 que assinaram proposta pró-aborto, à frente entidades feministas *progressistas* tais como o “Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde”.

No campo da educação, as emendas populares abençoadas pela Igreja em defesa do ensino privado e religioso, e cobrando do Estado a obrigação de manter assistência religiosa às Forças Armadas e nos presídios, deram uma goleada na emenda popular “em defesa do ensino público e gratuito”, patrocinada pela Andes, UNE, CUT, CGT, OAB e outras entidades geralmente afinadas com a CNBB, mas, neste caso, bem à esquerda dela: 1 milhão 034 mil 051 contra 258 mil 984 assinaturas.

Como se pode ver, para os *progressistas* em geral, as emendas populares acabaram por ser uma faca de dois gumes. Se a estratégia era fazer dessas propostas plebiscitárias aríetes para forçar as muralhas da Comissão de Sistematização e atirar no plenário da Constituinte o peso das listas públicas, o tiro terá saído pela culatra, pelo menos no que diz respeito a temas tão fundamentais numa Constituição, como as garantias dos direitos do homem, da mulher e do nascituro, e o direito de todos a uma educação fundamental sem qualquer tipo de discriminação, seja ela provida pelo Estado ou pela iniciativa privada.